

OUT 2026

INSIGHTS

A Europa depende de Marrocos para conter migrantes e o caso de Ceuta mostra o custo político

ELABORADO POR

Moha Ennaji

TRADUÇÃO REVISADA POR

Filipe Prado Macedo da Silva



A Europa depende de Marrocos para conter migrantes e o caso de Ceuta mostra o custo político¹

Moha Ennaji*

O deslocamento de dezenas de milhares de pessoas para **Ceuta**, enclave espanhol na costa do Norte da África, em **julho de 2026**, evidenciou as tensões que marcam a política migratória entre a Europa e o Marrocos.

Mais de **70 mil pessoas** entraram em Ceuta em um período de 48 horas. Esse fluxo extraordinário ocorreu após a disseminação, **nas redes sociais, de informações enganosas**, segundo as quais as pessoas que chegassem a Ceuta pelo mar não poderiam ser devolvidas ao Marrocos. Estima-se que **57 pessoas tenham morrido**. A maioria morreu afogada ao tentar contornar a nado o quebra-mar que delimita a fronteira.

Ceuta está localizada no continente africano e faz fronteira com o Marrocos. Possui uma população de aproximadamente **83.600 habitantes**, dos quais cerca de 40% são de origem marroquina. As instalações de acolhimento da cidade já estavam sobrecarregadas, uma vez que cerca de **1.500 pessoas** haviam chegado na semana anterior. Já as estruturas destinadas a menores desacompanhados operavam com 2.400% de sua capacidade.

Sou **pesquisador** de questões relacionadas à migração no Norte da África e, na minha avaliação, a situação de Ceuta envolve muito mais do que a migração. Ela reflete a complexa relação política entre Espanha, Marrocos e União Europeia, além de profundas desigualdades estruturais.

Para compreender a **crise em curso**, é indispensável considerar tanto a sua dimensão internacional quanto a doméstica.

No plano internacional, é preciso observar a terceirização do controle das fronteiras pela Europa e a relação geopolítica entre Espanha e Marrocos. No âmbito doméstico, a crise levanta questões relacionadas à migração irregular, à pressão sobre os serviços públicos e às narrativas políticas e midiáticas construídas em torno da migração.

A dimensão internacional

A migração tornou-se um instrumento de pressão política. A cientista política norte-americana Kelly M. Greenhill denomina esse fenômeno de **migração coercitiva induzida**: o uso deliberado — ou a ameaça de uso — dos fluxos migratórios para pressionar outros Estados a fazer concessões.

Em Ceuta, essa dinâmica faz parte de um **padrão mais amplo**.

Em maio de 2021, por exemplo, mais de 5 mil pessoas entraram em Ceuta depois que Marrocos flexibilizou os controles na fronteira. O episódio aconteceu após uma **crise diplomática** desencadeada pela **decisão da Espanha de permitir que Brahim Ghali**, líder da Frente Polisário, recebesse tratamento médico no país. Neste contexto, a Frente Polisário **busca a independência** do Saara, território **reivindicado e recuperado** pelo Marrocos, desde 1975.

Marrocos interpretou a decisão espanhola de receber Ghali como uma forma de apoio ao seu adversário político. As relações entre os dois países deterioraram-se rapidamente. Posteriormente, Marrocos **flexibilizou os controles** em sua fronteira com Ceuta, permitindo

que milhares de pessoas atravessassem para o enclave espanhol. A Espanha acusou Marrocos de utilizar a migração como instrumento para aumentar a pressão política.

A capacidade de pressão do Marrocos nessa situação foi ampliada pela [terceirização europeia do controle migratório](#). Em vez de administrar a migração apenas em suas próprias fronteiras, a União Europeia passou a depender cada vez mais de [países como o Marrocos](#) para impedir que as pessoas cheguem ao território europeu.

Além disso, alguns políticos caracterizaram as chegadas a Ceuta em 2026 como uma “[invasão](#)” ou como uma ameaça à segurança nacional. Essa abordagem contribuiu para o [processo de “securitização”](#), que tende a priorizar a segurança do Estado em detrimento da segurança e dos direitos dos próprios migrantes.

O Parlamento Europeu [condenou o uso da migração](#) como instrumento para a obtenção de ganhos políticos.

A terceirização do controle migratório transformou Marrocos em um parceiro ativo para a União Europeia. Ao mesmo tempo, porém, tornou o bloco cada vez mais dependente do país para impedir que migrantes cheguem ao território europeu.

Em 2023, a [Comissão Europeia destinou € 152 milhões](#) ao fortalecimento da gestão das fronteiras marroquinas. Ao transferir parte de suas responsabilidades, a Europa conferiu ao Marrocos um poder efetivo de pressão no âmbito da cooperação migratória.

Essa dependência cria um dilema para a União Europeia. A importância de Marrocos para a contenção da migração pode tornar mais difícil para os governos europeus confrontarem o país em relação a outras questões no futuro.

A dimensão doméstica

Uma decisão da Justiça espanhola pode ter influenciado nas travessias ocorridas em julho de 2026. O [Supremo Tribunal](#) descartou a aplicação do [procedimento excepcional de “rejeição na fronteira”](#) às pessoas interceptadas no mar tentando entrar em Ceuta e Melilla.

O tribunal concluiu que esse procedimento se aplica às pessoas que atravessam barreiras físicas na fronteira, como as cercas que circundam os enclaves, e às interceptadas a nado.

Essa decisão foi [interpretada de maneira equivocada por muitas pessoas](#) em Marrocos. Sua interpretação simplificada pode ter estimulado as travessias ao criar a impressão de que aqueles que chegassem a nado não seriam enviados de volta. Segundo o primeiro-ministro espanhol, [redes de tráfico de pessoas exploraram tal decisão judicial](#).

Travessias fronteiriças em grande escala também podem alterar a forma como a migração é discutida. [Um estudo](#) sobre a crise de Ceuta de 2021 identificou um endurecimento da retórica política e uma crescente normalização da linguagem racista. Além disso, o partido espanhol de extrema-direita Vox dedicou mais de 70% de suas publicações nas redes sociais a Ceuta e à migração.

A [crise atual](#) reavivou uma retórica semelhante. Políticos de extrema-direita utilizaram expressões como “[invasão](#)” e “[homens em idade de combate](#)”, contribuindo para retratar os migrantes como uma ameaça coletiva aos cidadãos espanhóis. Além disso, a mídia não é necessariamente a origem dessa retórica, mas pode contribuir para sua normalização. Isso ocorre quando narrativas alarmistas são reproduzidas sem contexto ou perspectivas suficientes.

Direitos humanos como limite e resposta

Em uma crise como a de Ceuta, os direitos humanos não constituem um obstáculo à gestão das fronteiras. Ao contrário, estabelecem seus limites jurídicos e éticos. A descoberta de [mais de 50 corpos nas águas próximas a Ceuta](#) evidencia o custo humano de transformar uma fronteira em uma zona de extremo perigo.

A Espanha tem o [dever de proteger](#) vidas humanas e garantir operações eficazes de resgate. Também deve avaliar cada caso individualmente, com atenção especial aos menores, aos solicitantes de asilo e às vítimas do tráfico de pessoas.

As principais vítimas continuam sendo os próprios migrantes. Partidos políticos podem explorá-los em busca de ganhos eleitorais. As narrativas públicas podem reduzi-los a uma ameaça anônima.

Enquanto os Estados disputam influência e responsabilidades, os migrantes enfrentam proteção inadequada, expulsões arbitrárias e desumanização no debate público.

A resposta à crise não deve colocar os direitos dos moradores de Ceuta em oposição aos direitos das pessoas que chegam ao enclave. Deve proteger ambos os grupos, dedicando atenção especial aos mais vulneráveis. Eles não devem pagar o preço por estratégias políticas sobre as quais não têm qualquer controle.

¹Este artigo foi originalmente publicado, em inglês, no [The Conversation](#). Tradução revisada por Filipe Prado Macedo da Silva (Líder do “[Conexão Bruxelas](#) | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia”).

*Professor na *Université Sidi Mohammed Ben Abdellah* (Marrocos).